

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012254-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **Cleonice Pinheiro da Silva**
 Requerido: **Net Serviços de Comunicação S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré à apresentação de gravações de conversas telefônicas mantidas com a mesma a propósito da contratação de prestação de serviços que celebraram.

A ré ao longo do feito apresentou algumas das gravações, além de esclarecer não ter identificado/localizado as demais (fl. 55).

Assim posta a questão debatida, assinalo que a autora em princípio tem o direito de acesso às gravações que elencou, inclusive para que se atenda com exatidão a regra prevista no art. 6º, inc. III, do CDC.

No caso dos autos, porém, anoto que parte das gravações foi apresentada, oferecendo-se a justificativa quanto ao restante.

Os argumentos expendidos pela ré são razoáveis, máxime se se considerar que a celebração do ajuste aconteceu há quase três anos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Isso basta à conclusão de que a pretensão deduzida não há de prosperar em face das peculiaridades mencionadas.

De qualquer sorte, ressalvo que a autora não poderá ser prejudicada porque não se discute nos autos sobre a natureza e extensão do negócio levado a cabo e sim apenas sobre a apresentação das gravações que lhe digam respeito.

Por outras palavras, remanesce aberta a possibilidade de discussão em torno de quais foram os serviços ajustados entre as partes, bem como da regularidade – ou não – de eventuais débitos daí derivados, não se podendo igualmente olvidar que em casos afins o ônus da prova incumbe ao fornecedor dos serviços (art. 6º, inc. VIII, do CDC).

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**